

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DO SOL S.A
CNPJ 02.879.926/0001-24

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A diretoria da Concessionária Rodovia do Sol S.A apresenta aos Senhores (as) Acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da empresa, com o respectivo parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício de 2022, descrevendo os fatos e dados que marcaram a trajetória desta administração.

Considerações gerais

Mantivemos o cumprimento das obrigações contratuais e a qualidade no atendimento aos usuários, considerando as regras determinadas pelo contrato em vigor, as obrigações legais e o orçamento.

O resultado dessa busca foi alcançado por meio da qualificação dos trabalhadores; o empenho dos gestores; investimentos em tecnologia; serviços de manutenção, conservação e sinalização; ações de educação para o trânsito; comunicação com os usuários e com a sociedade via mídias digitais e canais de relacionamento, entre outras iniciativas.

Em dezembro de 2021 apresentamos à agência reguladora, com determina o contrato de concessão 01/98, o relatório de desequilíbrio e o consequente pedido de reequilíbrio das condições iniciais pactuadas e continua em análise pelo corpo técnico daquela agência

Stakeholders

Nosso relacionamento com os usuários e com as comunidades do entorno se manteve por meio do desenvolvimento e apoio a projetos de cunho educacional e ambiental.

Realizamos parcerias com órgãos da esfera estadual e municipal com foco no trânsito seguro, além da continuidade dos programas já consolidados: "É o Bicho" e "Programa de Redução de Acidentes (PRA)".

Esses programas abordaram temas como educação para o trânsito, educação ambiental e preservação da fauna, flora e da vida humana, demonstrando nosso compromisso com a sociedade capixaba e que é possível o desenvolvimento com responsabilidade social.

Em continuidade às ações relacionadas à segurança de quem utiliza a Rodovia do Sol, realizamos em 2022 as ações "Travessia Segura" (direcionada aos moradores das comunidades do entorno); "Abordagem Educativa em bares de Vitória e Vila Velha"; "Pit Stop Educator" (abordagem de conscientização para um trânsito seguro, verificação de pressão e glicose dos motoristas); "Pedale Legal" (abordagem aos ciclistas que utilizam a rodovia); "Motociclista Nota 10" (voltado aos motociclistas) e "Dê um Play na Consciência" (que abordou pessoas em bares e praias no entorno da Rodovia do Sol).

Durante os meses de dezembro/2021 a março/2022 realizamos a Operação Verão, com as ações de conservação da rodovia, e intensificação da operação e ações /campanhas educativas. A Operação Verão é mais uma ação da RodoSol em parceria com o Batalhão de Trânsito e a Polícia Militar para promover o trânsito seguro e consciente, buscando a redução dos acidentes ao longo da rodovia.

A efetividade dessas ações, somadas aos serviços de conservação, operação e monitoramento da rodovia pode ser confirmada pelo resultado do número de acidentes x total de veículos passantes.

Mantivemos neste período nosso compromisso, garantindo ao poder concedente o cumprimento das cláusulas contratuais, o que pode ser confirmado pela não emissão de notificações ou autuações pela ARSP em 2022 contra a RodoSol.

Atendimentos

Nosso compromisso em buscar continuamente a melhoria da qualidade de nossos serviços e a qualidade e a eficiência de nossa gestão pode ser comprovado pelos resultados alcançados pela RodoSol nas auditorias conduzidas pela certificadora DNV (Det Nork Vértis). A RodoSol foi indicada para continuar com o certificado ISO 9001, não apresentando nenhuma Não Conformidade.

O Centro de Controle de Operações (CCO), área responsável por acompanhar 24 horas por dia todo o movimento no trecho concessionado, recebeu durante o ano 18.482 ligações de usuários. Nosso Serviço de Auxílio ao Usuário (SAU) realizou 6.172 atendimentos na ponte e 12.015 na rodovia, totalizando 18.187 atendimentos, incluindo o serviço de atendimento pré-hospitalar realizado pelas ambulâncias do SAU da RodoSol.

Agradecimento

Com a apresentação deste relatório e dos demonstrativos financeiros referentes ao exercício de 2022, a diretoria da Concessionária Rodovia do Sol S.A. agradece aos trabalhadores da empresa pelo compromisso, determinação e empenho em alcançar os resultados projetados e aos acionistas pelo apoio e confiança.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores da
CONCESSIONÁRIA RODOVIA DO SOL S.A.
Vitória, ES

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Rodovia do Sol S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Continuidade operacional

Chamamos a atenção para as Notas 1 e 21 às demonstrações contábeis, que descrevem sobre a extinção do Contrato de Concessão nº 01/98, celebrado em 21 de dezembro de 1998 e as tratativas entre a Companhia e o Poder Concedente. A administração da Companhia aguarda o desfecho do pedido de reequilíbrio enviado para a Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo - ARSP, para certificar-se da continuidade das suas operações nos termos do contrato de Concessão nº 01/1998. Em dezembro de 2022, foi publicado o Decreto 5.262R que determinou a criação da Comissão para desmobilização e encerramento do contrato de concessão, que ocorrerá em dezembro de 2023, com a devolução dos bens reversíveis e a quitação de ambas as partes de todas as obrigações inerentes. Desse modo, a concessionária iniciou o desenvolvimento do plano de desmobilização previsto no decreto e que deverá ser aprovado pela Diretoria Colegiada formada nos termos do Decreto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para

planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, ES, 24 de fevereiro de 2023.

Wesley Cristian Marques
Contador CRC1ES009545/O-0
BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC2ES000289/O-5

Wladimir Firme Zanotti
Contador CRC1ES007326/O-5
BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC2ES000289/O-5

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 Em Milhares Reais				
ATIVO	Notas	2022	2021	
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.872	7.385	
Contas a receber	5	4.921	3.786	
Impostos a recuperar		99	68	
Despesas do exercício seguinte		253	296	
Adiantamento a fornecedores		1.089	489	
Outros		84	50	
Total do circulante		21.318	12.074	
NÃO CIRCULANTE				
Realizável ao longo prazo				
Depósitos e execuções Judiciais	6 (a)	13.943	23.858	
Verba custeio de desapropriação	7	28.296	20.103	
Outros		-	15	
Total realizável a longo prazo		42.239	43.976	
Imobilizado	8	1.121	2.367	
Intangível	9	2.526	9.097	
Total do não circulante		3.647	11.464	
TOTAL DO ATIVO		67.204	67.514	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 Em Milhares Reais				
PASSIVO	Notas	2022	2021	
CIRCULANTE				
Fornecedores		595	616	
Impostos a recolher	10	3.288	2.810	
Obrigações sociais e trabalhistas	11	2.045	1.966	
Dividendos a pagar	12	1.103	883	
Adiantamento de clientes	13	372	657	
Compromissos vinculados à concessão	14	1.571	1.183	
Outras contas a pagar		159	158	
Total do circulante		9.133	8.273	
NÃO CIRCULANTE				
Provisão para contingências	6 (a)	173	246	
Compromissos vinculados à concessão	14	-	1.110	
Total do não circulante		173	1.356	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social		48.100	48.100	
Reservas de lucros		9.798	9.785	
Total do patrimônio líquido		57.898	57.885	
TOTAL DO PASSIVO		67.204	67.514	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 Em Milhares Reais				
	Notas	2022	2021	
Receita Líquida dos Serviços		16	76.278	66.191
Custo dos Serviços Prestados				
Custos operacionais		(17.879)	(15.975)	
Amortização		(5.771)	(5.764)	
Total		(23.650)	(21.739)	
Lucro Bruto		52.628	44.452	
Despesas Operacionais				
Despesas administrativas	17	(11.980)	(21.316)	
Depreciação		(724)	(819)	
Outras receitas e despesas operacionais		(2.013)	(1.307)	
Total		(14.717)	(23.442)	
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras		37.911	21.010	
Receita Financeira		106	58	
Despesas financeiras	18	(754)	(249)	
		(648)	(191)	
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro		37.263	20.819	
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	(9.727)	(8.182)	
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	(302)	
Lucro Líquido do Exercício		27.536	12.335	
Lucro líquido por ação		5,40	2,42	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 Em Milhares Reais					
	Reservas de Lucros			Resultado do exercício	Total Patrimônio Líquido
	Capital Social	Retenção	Reserva Legal		
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	48.100	156	9.620	-	57.876
Lucro do exercício	-	-	-	12.355	12.355
Destinações	-	-	-	(11.466)	(11.466)
Dividendos distribuídos	-	-	-	(880)	(880)
Constituição da reserva de retenção de lucros	-	9	(9)	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	48.100	165	9.620	-	57.885
Lucro do exercício	-	-	-	27.536	27.536
Destinações	-	-	-	(26.423)	(26.423)
Dividendos distribuídos	-	-	-	(1.100)	(1.100)
Constituição da reserva de retenção de lucros	-	13	(13)	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	48.100	178	9.620	-	57.898

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 Em Milhares Reais				
	2022	2021		
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	27.536	12.355		
Aumento (diminuição) dos itens que não afetaram o caixa:				
Depreciação	724	819		
Amortização	5.771	5.764		
Provisão para contingências	(72)	(2.791)		
Impostos diferidos	-	(302)		
Varições nos ativos e passivos				
Contas a receber	(1.134)	(876)		
Impostos a recuperar	(31)	(51)		
Despesas antecipadas	42	(68)		
Adiantamentos a fornecedores	(600)	168		
Outros ativos	(18)	328		
Depósitos e execuções Judiciais	1.722	477		
Fornecedores	(22)	(156)		
Impostos a recolher	479	192		
Obrigações sociais e trabalhistas	78	214		
Dividendos mínimos	(883)	(938)		
Adiantamento de clientes	(285)	(1.384)		
Compromissos do contrato de concessão	(675)	(1.010)		
Outros passivos	(47)	(587)		
Recursos gerados nas atividades operacionais	32.585	12.154		
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisições de ativo imobilizado	(241)	-		
Baixas de ativo imobilizado	762	11		

Baixas de ativo intangível	801	110
Recursos consumidos nas atividades de investimento	1.322	121
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos antecipados	(26.420)	(11.465)
Recursos consumidos nas atividades de financiamento	(26.420)	(11.465)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes a caixa	7.487	810
Caixa no início do período	7.385	6.575
Caixa no final do período	14.872	7.385
Aumento (redução) no caixa e equivalentes a caixa	7.487	810

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
Em Milhares Reais**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária Rodovia do Sol S.A. ("Companhia" ou "RODOSOL") é uma sociedade anônima de capital fechado fundada em 30 de novembro de 1998, com o objetivo exclusivo de explorar, pelo prazo de 25 anos, a partir de 22 de dezembro de 1998, através da cobrança de pedágio pelo regime de concessão pública, o sistema rodoviário da Rodovia do Sol situado no Estado do Espírito Santo, nos Termos e Condições do Contrato de Concessão nº 01/98 firmado junto ao DER-ES - Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Espírito Santo, em 21 de dezembro de 1998.

Em 16 de novembro de 2009, foi assinado o terceiro termo aditivo ao contrato de concessão pública, através do qual formalizou-se a sub-rogação das obrigações contratuais firmadas entre o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Espírito Santo - DER-ES e a Concessionária Rodovia do Sol S.A. - RODOSOL, para a Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo - ARSI.

A Companhia, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviço adequado durante o período de concessão, deverá devolver o sistema rodoviário em bom estado, com a conservação adequada à época da devolução. Ao término do prazo de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Até 31 de dezembro de 2021, a geração de caixa da Companhia, basicamente proveniente dos resultados dos exercícios, excluídas as depreciações e amortizações, tem sido suficiente para honrar suas dívidas e outros compromissos financeiros. As projeções preparadas pela Companhia preveem geração de caixa em montante suficiente para a manutenção do curso normal dos seus negócios e sua continuidade operacional, a curto e a longo prazo.

Nos termos do Contrato de Concessão e seus anexos, notadamente o programa de exploração de rodovias - PER a finalização do contrato de concessão a término requer que alguns passos denominados de "Condições de devolução do Sistema Rodoviário" sejam alcançados junto ao poder concedente. O contrato de concessão explana na Cláusula XXVII:

Extinta a concessão, reverterem ao DER/ES todos os bens transferidos para a CONCESSIONÁRIA, os bens reversíveis e os direitos e privilégios decorrentes da concessão, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, inclusive sociais-trabalhistas, e cessam, para a CONCESSIONÁRIA, todos os direitos emergentes do CONTRATO.

Na extinção da concessão haverá a imediata assunção do serviço pelo DER/ES, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários. A assunção do serviço autoriza a ocupação das Instalações e a utilização, pelo DER/ES, de todos os bens transferidos para a CONCESSIONÁRIA, assim como de todos os bens reversíveis.

Nos casos de advento do termo contratual e encampação, o DER/ES, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação do montante da indenização que será devida à CONCESSIONÁRIA, na forma prevista neste CONTRATO.

A extinção do contrato de concessão por advento do termo contratual nos termos da Cláusula XXVIII deve ser precedida das seguintes medidas *in verbis*:

Nos casos de advento do termo contratual e encampação, a ARSP (DER/ES), antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação do montante da indenização que será devida à CONCESSIONÁRIA, na forma prevista neste CONTRATO.

A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a prévia indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços pertinentes à concessão.

Os bens reversíveis são

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DO SOL S.A - CNPJ 02.879.926/0001-24

(b) A natureza das obrigações pode ser resumida como segue:

- Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.

- Ações cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações de contratados por danos morais e materiais relativos a acidentes ocorridos na Rodovia do Sol e a valores de desapropriações. Para os processos encerrados relacionados com desapropriações os montantes foram transferidos de depósitos judiciais para verbas para custeio com desapropriação no ativo não circulante, conforme Nota 7.

(c) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço.

A Companhia tem ações de naturezas tributária e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	2022	2021
Outros	339	487
Trabalhistas	772	2.060
Cíveis (i)	20.756	24.738
Total	21.867	27.285

(j) A redução em 2022 se deu principalmente em razão das desapropriações.

7. VERBA PARA CUSTEIO DE DESAPROPRIAÇÃO

O contrato de concessão na cláusula LXXVII Da Verba para Custeio de Desapropriação determina in verbis: A CONCESSIONÁRIA deverá dispor de uma verba no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), destinada a indenizar, no curso da concessão, as desapropriações, instituição de servidões administrativas ou limitações administrativas ao direito de propriedade, necessárias ao cumprimento das metas e objetivos da concessão. Na eventualidade desta verba ser ultrapassada, levando a CONCESSIONÁRIA a desembolsar valores superiores ao acima estimado, a diferença será ressarcida à mesma, via ajuste nas tarifas de pedágio, para que seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

Em julho de 2013, a tarifa de pedágio fora suprimida dos investimentos realizados no decurso do Contrato de Concessão nº 01/1998 em razão da suspensão parcial pelo prazo da auditoria técnica determinada na medida liminar nos autos do processo 024.98.0193312. A então ARSI - agência reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo, atualmente, ARSP - Agência de Regulação de Serviços Públicos apresentara o cálculo com as seguintes premissas:

- A base dos dados utilizados foi a proposta comercial inicial do Contrato nº 01/98, com a exclusão de todos os investimentos que oneram a tarifa.
- Os cálculos foram realizados a valores contratuais, conforme data de início do contrato em 1998, e ao final, tarifa foi atualizada conforme reajustes anuais estabelecidos pela Cláusula XIX e demais disposições contratuais.
- Simulou-se um novo contrato, apenas para manutenção, e assim foram recalculados os valores das tarifas do pedágio nas duas praças e apenas para a manutenção.

Em novembro de 2017, a concessionária conseguira judicialmente a confirmação que a tarifa de manutenção deveria contemplar a verba de desapropriação na composição da tarifa de manutenção; a decisão acerca do pedido da RODOSOL in verbis:

Diante do exposto, modifico a decisão proferida em julho de 2013 para permitir que a ARSP/ES calcule o valor da tarifa da Terceira Ponte levando em consideração a obrigação contratual prevista na cláusula LXXVII do Contrato de Concessão nº 01/98, quais sejam, de indenizar as desapropriações, servidões administrativas ou limitações administrativas do direito de propriedade, no que ultrapassasse o valor fixado no contrato. Para tanto, caberá à ARSP/ES verificar se o referido valor previsto em contrato foi ou não ultrapassado. Além disso, deverá levar em consideração o fato de que a suspensão parcial do contrato ocorreu somente em 2013, isto é, de 1998 a 2013 (por 15 anos) as tarifas foram cobradas regularmente, e somente no trecho da Terceira Ponte (ou seja, no trecho da Rodovia do Sol, os valores foram normalmente cobrados).

Ao longo do decurso do contrato, o montante ultrapassa sobremaneira o limite estipulado em 1998; a imediata reconstituição da tarifa a fim de restituir a concessionária efetivamente não compensa as perdas da companhia; o montante ora classificado representa parte da obrigação do poder concedente em reestabelecer o equilíbrio econômico e financeiro preconizado.

	2022	2021
Verba Custeio de Desapropriação	28.296	20.103
Total	28.296	20.103

Refer-se aos processos judiciais encerrados relacionados às desapropriações transferidas da conta depósitos judiciais.

8. IMOBILIZADO

Contas	Taxa de depreciação %	Custo	Depreciações Acumuladas	Adições	Baixas	Transferências	2022	2021
Máquinas, equip., móveis, utensílios	10	6.534	(4.572)	63	(567)	(962)	506	2.266
Equipamentos de informática	20	10.770	(10.452)	26	-	-	344	81
Veículos	20	1.076	(1.022)	152	(195)	260	271	20
Total		18.380	(16.046)	241	(762)	(702)	1.121	2.367

A Companhia realiza a revisão periódica quanto às estimativas de vida útil das principais classes de seus ativos imobilizados.

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração não identificou a necessidade de constituir perdas.

9. INTANGÍVEL

Conforme a Interpretação Técnica ITG 01, a Companhia passou a reconhecer como ativo intangível a execução de serviços de construção e melhoria da rodovia concedida pelo Governo do Estado do Espírito Santo. Isso ocorre pelo fato de o direito de concessão não constituir direito incondicional de receber caixa, pois a forma de remuneração do poder concedente foi estabelecida por meio da permissão de cobrança de pedágio pelos usuários da infraestrutura rodoviária. As taxas de amortização foram calculadas de forma linear com base no prazo de concessão e prazo de obrigações da concessionária exigidas no contrato.

Contas	Taxa de amortização %	Custo	Amortizações Acumuladas	Adições	Baixas	2022	2021
Obras realizadas da Concessão	4,35	113.339	(111.171)	-	(800)	1.368	7.187
Ativo 3ª Ponte	4	3.802	(3.180)	-	(1)	621	790
Compromissos contrato concessão	4	12.250	(11.801)	-	-	449	939
Provisão Obras Futuras	4,35	2.177	(2.089)	-	-	88	181
Total		131.568	(128.241)	-	(801)	2.526	9.097

10. IMPOSTOS A RECOLHER

	2022	2021
IRRF - Terceiros	4	5
ISS - Terceiros	6	9
INSS sobre Serviços de Autônomos	1	1
Seguridade Social	12	15
PIS	49	45
COFINS	225	208
ISS	374	345
CSLL, PIS e COFINS de Terceiros	14	16
Imposto de Renda a pagar	1.914	1.591
CSLL a pagar	689	575
Total	3.288	2.810

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	2022	2021
Salários a Pagar	649	668
IRRF	71	37
INSS	197	91
FGTS	70	43
Provisão de Férias	1.051	1.093
Outros Valores a Pagar	7	34
Total	2.045	1.966

12. DIVIDENDOS A PAGAR

	2022	2021
Coimex Empreendimentos Participações Ltda	419	336
Tervap Pitanga Mineração e Pavimentação Ltda	419	336
ES-060 Empreendimentos e Participações Ltda	99	79
CCV Construções e Comércio Vitória Ltda	83	66
Urbesa Administração e Participação Ltda	83	66
Total	1.103	883

13. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	2022	2021
Adiantamento de direito de passagens	365	640
Outros adiantamentos de clientes	7	17
Total	372	657

14. COMPROMISSOS VINCULADOS À CONCESSÃO

	2022	2021
Circulante		
Provisão do Aparelhamento da Polícia a Pagar a Curto Prazo	373	-
Provisão de Obras a Realizar a Curto Prazo	1.198	1.183
Total Circulante	1.571	1.183
Não Circulante		
Provisão do Aparelhamento da Polícia a Pagar a Longo Prazo	-	47
Provisão de Obras a Realizar a Longo Prazo	-	1.063
Total Não Circulante	-	1.110
Total	1.571	2.293

Referem-se aos compromissos contratuais de recuperação e modernização da 3ª Ponte e Verba de Polícia nos termos do Contrato de Concessão 01/1998, devidamente registrados como intangíveis e apropriados em valores descontados por taxa referencial. No exercício corrente os saldos estão representados por R\$ 1.571, sendo R\$ 373 para as verbas de batallhão de trânsito e R\$ 1.198 para recuperação e modernização da 3ª Ponte.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 48.100 representado por 1.700.000 ações ordinárias e 3.400.000 ações preferenciais sem direito a voto, nominativas e sem valor.

(b) Reservas de lucros

• Reserva legal

Constituída, tendo como base o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido de cada exercício, limitado a 20% do capital social, conforme definido em seu Estatuto e no art. 193 da Lei nº 6.404/76.

• Reserva de lucros

No fim do ano de 2022, a Companhia constituiu Reserva de Lucros no montante de R\$ 13.

(c) Dividendos

O dividendo obrigatório da Companhia é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

Com base no lucro líquido apurado e nas demonstrações contábeis do exercício social ou em balanço intermediário previstos no § 1º do Art. 204 da Lei nº 6.404/76, especialmente levantado por proposta do Conselho de Administração, e após consultado o Conselho Fiscal, se operante, a Companhia poderá distribuir dividendos intermediários.

16. RECEITA

A conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração do resultado do exercício está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Receita Bruta dos Serviços:		
Pedágio da Ponte	33.287	29.453
Pedágio Praia Sol	49.070	41.759
Receitas Acessórias	1.122	1.223
Total	83.479	72.435

Impostos e deduções sobre as vendas:

COFINS	(2.503)	(2.173)
PIS	(542)	(471)
ISS	(4.156)	(3.600)
Total	(7.201)	(6.244)
Total	76.278	66.191

Receita líquida dos serviços

	2022	2021
17. DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
Despesas administrativas (i)	6.149	6.512
Despesas de conservação (ii)	5.831	14.804
Total	11.980	21.316

(i) Os valores registrados na rubrica de "Despesas administrativas" são compostos por diversas despesas atreladas à prestação de serviços, tais como, despesas com pessoal, serviços de terceiros, dentre outras.

(ii) A redução das despesas de conservação em 2022 deve-se ao encerramento das obras na rodovia.

18. DESPESAS FINANCEIRAS

	2022	2021
Despesas financeiras (i)	754	249
Total	754	249

(i) O aumento das despesas financeiras está relacionado à capitalização das provisões das obras e da verba do aparelhamento da polícia, sendo R\$ 601 em 2022 (R\$ 1.240 de capitalização em 2021)

19. COBERTURA DE SEGURO

Seguradoras	Objeto	Valor do prêmio	Cobertura
Fairfax Brasil	Judicial	37	1.960
Sura Seguradora	Veículos	24	8.600
Tokio Marine Seguradora	Garantia	48	16.410
Tokio Marine Seguradora	Patrimonial	510	325.813
		619	352.783

Em 31 de dezembro de 2022, atendendo às disposições contratuais, a Companhia mantém cobertura de seguros no montante de R\$ 352.783, com cobertura a riscos judiciais, patrimoniais e de engenharia (danos materiais e responsabilidade civil). As despesas com o prêmio total são apropriadas linearmente ao resultado em 12 meses. Adicionalmente, a Companhia mantém coberturas de seguros, necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e compreensiva cobertura dos riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a Concessão.

20. GASTOS COM DESAPROPRIAÇÕES

Como consequência da realização das obras de duplicação da Rodovia do Sol e da construção do Contorno de Guarapari, a Companhia vem sendo questionada judicialmente pelos proprietários dos imóveis desapropriados. A Administração da Companhia, com base em informações de seus advogados, acredita que os valores pagos relativos a desapropriações não serão aumentados em decorrência do desfecho dos processos judiciais em curso. Os montantes pagos de desapropriações foram considerados como custos das obras, tendo sido registrados no ativo imobilizado inicialmente e posteriormente reclassificados para o ativo intangível em decorrência do ITG 01. Em 2022 e 2021, a Companhia não registrou desapropriações (R\$ 543 em 2021). De acordo com o Contrato de Concessão nº 01/98 firmado junto ao DER-ES, a

Companhia deverá dispor de uma verba no valor de R\$ 5 milhões destinada a indenizar, no curso da concessão, as desapropriações. Na eventualidade desta verba ser ultrapassada, a diferença será ressarcida à mesma via ajuste nas tarifas de pedágio.

21. RELAÇÕES COM O PODER CONCEDENTE

A Administração ratifica que todas as obras de responsabilidade da RODOSOL foram executadas de acordo com o Programa de Exploração de Rodovias (PER) e anexo ao Edital de Licitação, estas foram formalmente recebidas pelo órgão fiscalizador do poder concedente. O edital de licitação definiu que o critério de julgamento seria o de "menor preço da tarifa básica de pedágio" para a Terceira Ponte, fixando como preço máximo R\$ 0,95. Considerando todos os riscos e responsabilidades que lhe caberiam ao longo de 25 anos, período de duração da concessão, a licitante apresentou proposta de R\$ 0,94, sagrando-se vencedora.

No mês de outubro de 2019 a relatora do processo TC 5591/2013 apresentou o voto ao plenário da casa, tendo sido o voto acompanhado pela unanimidade dos conselheiros presentes à sessão. Em seu voto a conselheira afasta a nulidade do Contrato de Concessão nº 01/98, faz determinações ao poder concedente em caso de novas contratações, afasta os cálculos que culminaram no valor de R\$ 613, MM, por terem sido obtidos utilizando de conceitos equivocados. Restou determinado no Acórdão nº 01450/2019-3 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (processo nº 5591/2013), **competir à Agência Reguladora de Serviços Públicos - ARSP a aferição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão dos serviços públicos relativos ao "Sistema Rodovia do Sol"**.

No mês de dezembro de 2019, o Juiz da Segunda Vara dos Feitos da Fazenda Pública de Vitória, ES, **julgou IMPROCEDENTES os pleitos autorais** na ACP Processo: 1147553-37.1998.8.08.0024 (024.98.019331-2) e ainda decidindo que não é atribuição primeira do Judiciário, inclusive pela necessidade de conhecimento técnico-científico na área, a fiscalização do balanço financeiro da concessão. A partir da análise a ser providenciada pela ARSP, poderão ser adotadas as medidas e diligências voltadas a eventual restabelecimento do equilíbrio econômico do contrato, inclusive de maneira administrativa, sendo prescindível a tutela jurisdicional para tal fim.

Após transitado em julgado no TCEES o processo foi encaminhado a agência reguladora, ARSP, conforme determina o acórdão TC 01450/2019-3, para que proceda a determinada aferição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, o que está em curso.

Em dezembro de 2021, a Concessionária Rodovia do Sol, seguindo o que determina o Contrato de Concessão nº 01/98, em sua Cláusula XIV - Do Equilíbrio Econômico e Financeiro do Contrato e no item 7 da Cláusula XX - Da Revisão da Tarifa Básica, apresentou requerimento a Agência Reguladora de Serviços Públicos - ARSP, acompanhado de Relatório Técnico que demonstra o impacto das ocorrências e eventos causadores de desequilíbrio, de forma a recompor o inicial equilíbrio do contrato pactuado.

Em dezembro de 2022, o Decreto 5.262R fora publicado no diário Oficial do Estado a criação da Comissão para desmobilização e encerramento do contrato de concessão 01/1998. O termo contratual dar-se-á em dezembro de 2023 com a devolução dos bens reversíveis e a quitação de ambas as partes de todas as obrigações inerentes. O diploma legal dispõe de duas instâncias para a verificação das vistorias prévia, intermediária e final. Adicionalmente, a concessionária deverá desenvolver um plano de desmobilização e conviver com um operador por um período estabelecido.

A comissão é formada por 06 (seis) integrantes da ARSP - Agência de Regulação de Serviços Públicos, 04 (quatro) da Concessionária Rodovia do Sol S.A., 02 (dois) do DER-ES - Departamento de Estradas e Rodagens do Espírito Santo e 03 (três) da Secretaria de Mobilidade e Infraestrutura - SEMOBI. A diretoria colegiada reúne o Diretor Presidente da ARSP, o Diretor Presidente do DER-ES e o Secretário de Estado da SEMOBI; esta realizará os acetes e as considerações acerca das vistorias realizadas, a aprovação do plano de desmobilização, a definição de quaisquer conflitos decorrentes do Decreto e a identificação ao Conselho Gestor de Parcerias Público Privadas (CGPPP-ES).

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor.

	2022	2021
Apuração Lucro Presumido		
Receita de Prestação de Serviços	82.358	71.212
Prejuízo da Receita (32%)	26.354	22.788
Outras Receitas	2.326	1.291
Base de cálculo do IR e da CSLL	28.680	24.079
Imposto de renda (15%)	4.302	3.612
Adicional imposto de renda (10%)	2.844	2.384
Imposto de renda total	7.146	5.996
Contribuição social (9%)	2.581	2.166
CSLL total	2.581	2.166
Total de impostos correntes	9.727	8.162
Reversão dos impostos diferidos, líquido	-	302
Efeito no resultado	9.727	8.464

Vitória (ES), 31 de dezembro de 2022.

GERALDO CAETANO DALATO Diretor Presidente
EDNILSON SANTOS E SILVA Diretor Administrativo e Financeiro
 CREA/ES 3365D CRA/ES 11403

ANA PAULA PEREIRA
 Contadora
 CRC/ES 009136



Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA:2706515000130 - Em: 19/04/2023**

Certificado emitido por: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CONSULTI BRASIL RFB

Acesse: <https://verificador.iti.gov.br/> caso deseje validar a assinatura!

400 BALANCO RODOSOL 19-04-23.pdf

Código do documento: 400



Assinado por:

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA:27065150000130

Certificado Digital

E-mail: CARLOSHENRIQUE@NASSAU.COM.BR

Registro de Eventos:

19 abr. 2023, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 400

Criado por: Mariana Melim. **E-mail:** artemariana@redetribuna.com.br

DATE_ATOM: 2023-04-18T21:01:00-0300

19 abr. 2023, 00:11:18 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura de iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2023-04-18T21:11:18-0300

19 abr. 2023, 00:11:19 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA:27065150000130

E-Mail: CARLOSHENRIQUE@NASSAU.COM.BR

Emissor do Certificado: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC
CONSULTI BRASIL RFB

DATE_ATOM: 2023-04-18T21:11:19-0300

Hash do documento original

[SHA256]: 7d9da1d1600f12874146cf6bf7f9b5ad48ef79ed375392bc130fbb7611091510

[SHA512]: cf83e1357eefb8bdf1542850d66d8007d620e4050b5715dc83f4a921d36ce9ce47d0d13c5d85f2b0ff8318d2877eec2f63b931bd47417a81a538327af927da3e

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB